

# **Agenda 21 para a cidade de Curitiba**

Fábio Márcio Bisi Zorzal (Doutor)

Curso de Engenharia Civil - Universidade Tuiuti do Paraná

## Resumo

Esse artigo tem a prerrogativa de dar encerramento à pesquisa desenvolvida no seio da Universidade Tuiuti do Paraná, intitulada Agenda 21 para a Cidade de Curitiba. Para tanto, buscou apresentar o conceito de Agenda 21 e sua importância no contexto urbano, procurando decifrar uma forma de se estabelecer uma agenda genérica a partir de uma proposta metodológica através de indicadores de sustentabilidade e de qualidade de vida num cenário real, qual seja, o município de Curitiba. No decorrer dessa pesquisa, descortinaram-se todas as demandas sociais atuais dessa cidade, buscando-se compor um plano de intervenção que condissesse com o lema adotado pelo atual governo de *Capital Social*. Todavia, embora se tenha uma série de dados em formato adequado ao estabelecimento desse plano, cabe ao município, até por imposições conceituais adotadas de comum acordo com a comunidade global, fomentar a construção do plano através de fóruns de discussão e implementação, fato ainda adiado pela administração local vigente.

**Palavras-chave:** Agenda 21, planejamento estratégico urbano, gestão ambiental urbana

## Abstract

This article has the prerogative of ending the research developed at Universidade Tuiuti do Paraná, entitle Agenda 21 for the city of Curitiba. For that, it looked for to present the concept of the Agenda 21 and its importance in the urban context, seeking to decipher a form of establishing a generic agenda from a methodological proposal through indicators of sustainability and of quality of life in a real scenario, namely the town council of Curitiba. In the process of this research, all present city social demands were continuously disclosed, trying to compose an intervention plan which could best agree with the present government motto of *Social Capital*. But, although many data in adequate format were available to establish the plan, its entirely up to the town council in accordance with the global community to actually implement it, through real material foment and appropriate forum discussions, fact yet postponed by the present council administration office.

**Key-words:** Agenda 21, urban strategic planning, urban environmental management

## Introdução

A adoção de um modelo de gestão ambiental urbana que tenha lastro na trajetória política de um governo que deflagre ações comprometidas com a sociedade é tarefa que exige planejamento estratégico antecipado e consistente. Nesse sentido, o encontro denominado Rio Eco 92 estabeleceu a elaboração da Agenda 21 local como forma de fomentar e respaldar iniciativas organizadas com esse objetivo.

Desde essa época até os dias atuais, o mundo encontra-se envolto num ambiente de demandas sociais exacerbadas, investimentos públicos insólitos, além de grande produção de bens requerida por uma sociedade consumista deveras exigente. Em contraponto, vive contingências ambientais limítrofes, tendo-se que forçosamente repensar seus hábitos em função de sua própria existência.

Por isso, há que se romper tal estado inercial em favor de todos, especialmente dentro do seio urbano, uma vez que abrange maior parte dos aglomerados

humanos. Partindo-se da necessidade explícita de ações de governo que se ponham nesse caminho, há que se estabelecer um plano que formalize todas as intenções comuns dentro da idéia de se prover certa continuidade nas ações de demanda, e ainda, serem fundamentadas no envolvimento da comunidade mediante suas decisões, ou seja, que tenham independência do cunho político.

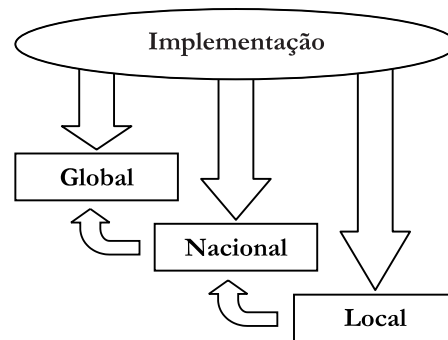
Diante desse contexto, essa pesquisa teve sua vocação marcada pela carência de informações que deflagrassem, na cidade de Curitiba, seu real estado de mobilização rumo à sustentabilidade, angariando mecanismos de desenvolvimento que expedissem quadros tendenciosos de seu futuro, mediante a constatação atual das políticas praticadas e seu reflexo na população. Uma vez que se consiga integralizar um banco de dados sobre diferentes parâmetros dessa cidade, repassar à municipalidade relatórios direcionados de ações técnicas necessárias e suficientes à manutenção ou melhoria de sua situação atual, dentro de um contexto de agenda 21 local, o que se dispõe seu objetivo geral.

Considerando que o Brasil é signatário do acordo internacional da agenda 21 global, compromisso assumido durante à Rio 92 – e por isso, dependente da conclusão das agendas nacional, estadual e municipal – e que a Cidade de Curitiba ainda não realizou sua

agenda local, tal pesquisa torna-se importante instrumento fomentador de seu desenvolvimento. Além disso, após diversas reuniões com vários ícones do poder local, houve expresso interesse do governo constituído consorciado com algumas entidades não governamentais em sua conclusão, pois, tornar-se-ia referência durante a constituição de grupos de trabalho formados.

O fato se agrava ainda por dois motivos: já na primeira revisão do estado comportamental das agendas de todos os países, no que seria discutido na RIO+5 (em 1997), verificou-se que eles estavam muito aquém desse compromisso, encontrando severas dificuldades para cumprir ambas as questões adotadas durante o primeiro encontro. Consoante à segunda revisão realizada na RIO+10 (já em 2002), a maioria das cidades

FIGURA 1 – ESCALA DE ABRANGÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21



ainda não possuía sua agenda, por essa razão, a Agenda 21 de Curitiba é ponto de honra municipal quanto a cidade se faz exposta à opinião pública no Brasil e no exterior.

## Revisão bibliográfica

A informalidade científica e a imaturidade temática definiram a *Internet* como o melhor instrumento para buscar resultados sobre referências relacionadas com o tema Agenda 21. Com ela foi possível realizar uma breve contextualização sobre esse assunto que passou a ser dividido em três estágios de abrangência, a saber, global, nacional e regional ou local. Hoje, já existem algumas obras literárias que podem dar suporte ao entendimento dos conceitos atrelados à agenda 21. Das existentes, escolheu-se àquelas que mais se aproximam da realidade nacional, estando muitas disponíveis junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), principal fonte de informações, e também na Organização das Nações Unidas (ONU).

Mas, não se pode dispensar uma outra parte importante, aquelas advindas dos documentos originários de páginas eletrônicas criadas para fomentar discussões em torno do assunto, as quais foram resgatadas, analisadas e organizadas, procurando-se

interagir com as fontes primárias brasileiras que subsidiaram o aporte dessas informações tais páginas eletrônicas, especialmente as prefeituras locais e organizações não-governamentais, por telefone e com visitas locais. Dessa forma, iniciou-se a busca dos documentos que explicitavam suas agendas locais, regionais, estaduais e nacional com o propósito de saber sobre as ações que estavam sendo efetivamente realizadas assim como as eventuais avaliações no tempo e no espaço realizadas após a constituição das mesmas.

## Conceituação geral

A Agenda 21 global é o mais importante resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizado no Rio de Janeiro no ano de 1992. Esse evento contou com a participação de cento e setenta países e foi considerado o maior e mais representativo evento diplomático dos últimos tempos. Ficou definido pelos países signatários do Rio Eco 92 que:

*agenda 21 é um plano de ação estratégico global que promove um padrão de desenvolvimento que contemple proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica em toda parte do planeta. (MMA, 1998)*

Assim, as autoridades mundiais reconhecem formalmente a preocupação com as questões ecológicas no planeta, estabelecendo controles ambientais para o crescimento terrestre. Ou ainda:

*Agenda 21 é um documento resultado de um planejamento estratégico e participativo convenientemente incorporado nas políticas públicas de uma região, nas quais contém uma série de compromissos que incorporam princípios de sustentabilidade no seu desenvolvimento. (AGENDA 21, 1996)*

Notadamente, existe forte relação com os temas que tratam sobre desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Já em compatibilidade com outras teorias:

*Agenda 21 é um dos instrumentos de gestão participativa que, em linhas gerais, aponta que todo o município, estado e país devem ter objetivos e estratégias, concretizados através de um plano de metas, para a melhoria de suas condições, e que estas metas devem ser alcançadas nos próximos anos a partir da data de proposição. (ZORZAL, 2003)*

Traz, portanto, fortes indícios de relacionamento com teorias de planejamento estratégico já estabelecidas. Na linguagem do planejamento estratégico, em cada

um dos temas<sup>1</sup> que compõem a agenda 21 global, existem especialistas para discutir as culturas globais, podendo-se chegar aos interesses dos blocos econômicos, bem como estabelecer suas relações de poder. Através deles é possível compor cenários para identificar uma análise do ambiente externo, bem como identificar tendências da comunidade internacional na tentativa de quebrar o paradigma do desenvolvimento sustentável.

## A Conferência Rio +5

Em 1997, no encontro denominado Rio +5 acontecido em Nova Iorque, houve uma exposição parcial das agendas até então constituídas. Ali se pode constatar a negligência ao compromisso firmado, com a apresentação de um número de agendas muito aquém das expectativas geradas no Rio Eco 92, estando aí incluídos os países de primeiro mundo.

Mas, a essência da agenda 21 foi discutida por aproximadamente 500 grupos, em inglês *stakeholders*, estando hoje ampliada e bem próxima das necessidades mais evidentes da humanidade. A visão desse fórum foi trazer estratégias para operacionalização do

<sup>1</sup> Para tanto, a agenda 21 global encontra lastro em quarenta capítulos que tratam de assuntos e interesses dos mais diversos, como o combate à pobreza e às diferenças entre raças, etnias, credos; preservação de ecossistemas e reservas naturais através de correto manejo e gestão; compatibilidade entre demografia, uso do solo e infra-estrutura urbana; transferência de tecnologia e desenvolvimento da ciência, entre outros.

desenvolvimento sustentável em seus diferentes níveis de ação, local, nacional e global. Seus principais objetivos foram: (a) *a clarificação*, expandir os conceitos que convergem ao desenvolvimento sustentável; (b) *os sistemas de integração*, que dizem respeito aos caminhos que conduzam à vivência da sustentabilidade; (c) *implementação*, políticas que favoreçam a ampliação do número de agendas locais e nacionais; (d) *cooperação*, na tentativa de promover alianças que gerem a sustentabilidade numa escala mais abrangente.

### A Conferência Rio +10

A partir da Conferência Rio +5 houve uma mudança substancial no cenário global, não somente motivada por ela, mais coincidente com o surgimento de várias agendas locais, regionais e nacionais em vários países. Cinco anos depois, em Johannesburg, África do Sul, houve a realização da avaliação dos compromissos firmados nessas agendas, ficando conhecido como a Conferência Rio +10. Sumariamente, ainda não se registrou uma efetividade nos resultados decorrentes de ações prescritas nessas agendas, essencialmente, pelo pouco tempo dado entre a construção da agenda e as ações propriamente ditas.

Mas, outros acordos internacionais, como o Protocolo de Kyoto no Japão, já apontam um descaso,

se não total, de forte impacto e abrangência sobre as perspectivas para o futuro. Embora se observe a palavra agenda com a conotação de compromisso, ou seja, intenção de se fazer; e agenda 21 para um novo Século, falar sobre aspectos da agenda 21 global é tarefa que pode até definir rumos para a sobrevivência da espécie humana.

Ao se acompanhar países de primeiro mundo, com características flagrantes de sociedade consumista e degradante, quebrando compromissos anteriormente firmados ou ainda deixando de praticar novas ações em prol da sustentabilidade global, notadamente se vê o enfraquecimento de novas ações, tais como a agenda 21. Regras que são válidas para países de menor importância sob a ótica dos primeiros deflagram elevados desgastes social, econômico e ambiental.

Considerando que o desenvolvimento econômico-financeiro dos países de primeiro mundo aconteceu em função do consumo das reservas naturais mundiais e às custas das desigualdades sociais, é bastante razoável se constatar a ação de organizações não governamentais em ação efetiva no combate às misérias que solapam o terceiro mundo, geralmente com causas sociais mais relevantes que as ambientais. Fortuitamente se observa a preocupação do governo, especialmente o municipal, no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida, proposta referenciada

na Rio 92, que deve ser expressa sob a forma de um documento.

### A agenda 21 local brasileira

A corrida municipal pela construção da agenda 21 local é uma das mais flagrantes faltas já diagnosticadas por parte da sociedade frente ao compromisso público assumido pelo governo brasileiro diante da comunidade internacional, especialmente por ter sido sede do evento que deflagrou a proposta da agenda 21 global. Em uma das mais importantes publicações realizadas pelo governo brasileiro sobre esse tema, fica clara a necessidade de uma metodologia que auxilie a formação de agendas locais, e conseqüentemente na reversão desse quadro:

*A falta de informações sobre conceitos básicos e metodologias de planejamento para esse tipo de desenvolvimento aparece, de modo evidente, como o maior obstáculo à preparação das Agendas 21 Locais. (MMA, 2000a)*

A partir de então, deu-se a virada no cenário com o início da implementação da agenda nacional<sup>2</sup>, coordenada por Washington Novaes, presidida por José

Carlos Carvalho na então decretada Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (Novaes, 2000), bem como a conclusão de algumas agendas municipais que estavam em andamento, às vezes aglutinadas em regiões metropolitanas. Vitória foi uma das primeiras capitais a ter esse documento concluído, sendo acompanhada por Florianópolis, Joinville, São Paulo, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, entre outras (MMA, 2000b). Agora, todas essas passam a se tornar exemplos para as demais.

Balizado pelo regimento interno que delega competências, operacionaliza as atividades através de grupos de trabalhos, delibera sobre as reuniões e debates através de atas para formalização de procedimentos que devem ser documentados e apresentados em encontros para discussão pública, tais como seminários e workshops, para finalmente proceder à elaboração do documento final, que deve celebrar a Agenda 21 nacional e publicar em diário oficial para validação. Espera-se, então que os municípios brasileiros se envolvam na tarefa lhes cabe, qual seja, a tarefa da elaboração da agenda 21 local.

A Agenda 21 global é deveras extensa em seu conteúdo e complexa por ser interdisciplinar, quando

<sup>2</sup> Nesse sentido, estabeleceu-se uma comissão responsável pela elaboração da agenda 21 nacional, representada por um presidente, por membros do governo e por membros da sociedade civil, com a incumbência de promover debates nacionais, regionais e locais, dentro de alguns temas estabelecidos na agenda global, de forma a conceber a agenda nacional.



absorvida no âmbito nacional, tornou-se menor, pois devem ser observados apenas seis dos quarentas temas originais, a saber: (a) *idades sustentáveis*; (b) *agricultura sustentável*; (c) *infra-estrutura e integração regional*; (d) *gestão dos recursos naturais*; (e) *redução das desigualdades sociais*, e (f) *desenvolvimento científico e tecnológico*. Baseado no objetivo do corrente trabalho, há que se considerar no plano de estudo apenas os temas que não tenham a interface com o ambiente urbano, prerrogativa essa composta pelo tema das *idades sustentáveis*, portanto, demais focos não serão levados em consideração.

### Tema da Agenda 21: Foco nas cidades sustentáveis

O tema preza pelo desenvolvimento equilibrado das redes de cidades; gestão urbana (normas de respeito ao meio ambiente e à comunidade, ordenamento do solo urbano, violência, segurança e cidadania, qualidade ambiental das cidades); planejamento e orçamentos participativos; modelos para atender as carências em habitação, saneamento, e transporte urbano; migração do campo para a cidade; impactos da industrialização e dos serviços, tais como o turismo, lazer, cultura e serviços modernos derivados das novas tecnologias (MMA, s/d). Dessa forma, as premissas básicas na elaboração da agenda 21 local passam a ser:

- a) Envolver diferentes atores da sociedade no estabelecimento de parcerias que validem a agenda como um todo;
- b) Exercer o princípio federativo, levando em consideração os aspectos, regionais, locais;
- c) Possuir caráter gerencial e mobilizador de meios;
- d) Estabelecer, com visão prospectiva, uma abordagem intersetorial e sistêmica entre as dimensões econômica, social e institucional.

Por outro lado os objetivos da agenda 21 local que se firmam devem garantir a exequibilidade não somente da agenda em si, mas de suas ações ao longo de sua execução. Portanto, devem:

- a) Produzir convergência de idéias, por meio de realização de seminários temáticos em torno de objetivos, estratégias, linhas de ação, a fim de viabilizar um modelo de desenvolvimento sustentável local;
- b) Difundir o conceito de desenvolvimento sustentável e identificar experiências exitosas de resolução de problemas;
- c) Selecionar um conjunto de indicadores que possibilite o monitoramento do desenvolvimento sustentável;
- d) Facilitar a mobilização dos diversos atores sociais para o estabelecimento da agenda 21 local.

Os critérios usados na elaboração da agenda 21 local devem ser sucintos o suficiente para garantir a

continuidade no processo. Mais especificamente, devem considerar:

- a) A agenda 21 local não deve exaurir todos os itens da agenda 21 global, mas conceber as particularidades que sejam coerentes com cada realidade local;
- b) Deve concentrar esforços para atender prioritariamente pontos críticos e vulneráveis em termos locais;
- c) Limitar os temas para agilizar o mecanismo operacional durante sua implantação;
- d) Compatibilização da agenda 21 local com o orçamento municipal.

### A agenda 21 local como um compromisso público global

O crescimento natural das cidades impeliu ao homem a necessidade de diagnosticar sua realidade contemporânea de forma a quantificar e qualificar seu padrão de vida, com vistas à melhoria contínua e programada. Consciente de sua real situação, o município pode preterir mudanças sobre o que fazer em prol melhores patamares de qualidade de vida. A agenda 21 local é o mais recente compromisso público global que tem como foco o planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável e a administração pública a maior responsável por gerir esse modelo.

*A Agenda 21 local é um processo de planejamento participativo com o objetivo de analisar a situação atual de um município, ou região metropolitana, de forma a conceber um plano de desenvolvimento para um futuro sustentável. (Zorzal et al., 2001)*

Se implantada, é reconhecidamente uma firme tentativa de promover a melhoria do espaço geográfico que a contemplou, especialmente para o terceiro mundo, pois esse ainda consegue abdicar de seus interesses em prol da sustentabilidade. Contempla vários temas em diferentes áreas do conhecimento, mas nesse texto, interessa especialmente os que têm relação direta com a infra-estrutura da cidade, pois é sabidamente um instrumento gerador de riqueza, dignidade humana e bem-estar das pessoas.

O modelo de planejamento dito como sendo estratégico participativo e qualificado (Silva, 1999) nem sempre é suficiente para garantir a sustentabilidade de um sistema. As cidades são o contra-exemplo e o seu crescimento indiscriminado é a prova cabal. Veja Curitiba que discutiu seu Plano Diretor Urbano em várias reuniões públicas durante o ano de 2000, atualmente, e que se encontra discutindo o Estatuto da Cidade.

A cidade conta com vários especialistas em diferentes áreas do conhecimento muitas vezes do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC) e

Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) com o apoio das universidades e sociedade organizada, obviamente sob a mira da imprensa. Mais ainda, a cidade vem implementando políticas públicas favoráveis ao planejamento urbano tecnicista há mais de trinta anos, nem por isso se pode afirmar que seu modelo de planejamento será um sucesso para os próximos trinta anos.

O crescimento dessa cidade pode corromper a estabilidade alcançada já nos próximos dois anos em algumas questões específicas tais como sociais, educacionais ou de infra-estrutura. Os municípios do entorno não acompanham a mesma política nem tão pouco dispõem dos mesmos recursos que Curitiba, ficando clara possibilidade do colapso de fora para dentro, como reflexo das diferenças regionais.

### Aspectos históricos de Curitiba (enquanto cenário de estudo)

A mídia classifica Curitiba como a cidade brasileira de melhor qualidade de vida nos dias de hoje; e uma das primeiras do mundo<sup>3</sup>. Isso não é por acaso. Ela vem trabalhando há mais de trinta anos com uma política clara em favor disso. Muito embora isso

tenha fundamentação, deve-se pensar nos indicadores ambientais como instrumento de referência ou modelo; não que deva ser seguido, mesmo porque devem ser respeitadas as particularidades de cada município, mas como sugestão enquanto referência positiva.

Nessa cidade, as variáveis desenvolvimento e meio ambiente, juntas, são recentes, tendo menos de dez anos de efetiva implementação. Sobremaneira, o recente crescimento da cidade viabilizou grandes avanços no parque industrial, que teve impacto decisivo no balanço migratório, embora consideravelmente menores que em São Paulo nas décadas passadas. No entanto, a forma como tratam a questão ainda apontam resultados condizentes com a exclamação da mídia.

Em vias de fato com a definição da Agenda 21, formulou-se uma série de indicadores para estabelecer o padrão de qualidade urbana; concretizados através de um plano de ação que envolve esforço conjunto entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento da Cidade de Curitiba – IPPUC, órgãos municipais e estaduais, e universidades. Para a prefeitura, o benefício maior é a composição da Agenda 21, ainda inexistente enquanto documento. Para os mentores e partícipes, a

<sup>3</sup> Recentemente a Organização das Nações Unidas, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, proclama Curitiba como sendo a melhor cidade do Brasil para se viver.

propriedade intelectual, que poderá constituir instrumento para consultoria internacional através da própria prefeitura de Curitiba, que envereda por esta caminhada há pelo menos dez anos.

## Metodologia da pesquisa

Utilizando-se o ciclo do PDCA<sup>4</sup>, do inglês *Plan* (planejar), *Do* (fazer), *Check* (checar) e *Action* (agir corretivamente) para se estruturar a Agenda 21 local, constata-se que ela passa necessariamente pela constituição de uma política de governo, atrelada aos seus programas (*Plan*), fator chave para a conquista do poder municipal através do voto. Constituído de poder, o prefeito implanta seu programa através de suas ações (*Do*) sob a forma de projetos. Em Curitiba, existem inúmeros planos de ação em diferentes níveis de atuação e importância que corroboram tal assertiva.

No entanto, as ações precisam ser verificadas em sua eficácia (*Check*), donde surgem os indicadores. Trata-se de um quesito básico para determinação do andamento dos projetos enquanto fomentadores da melhoria da qualidade. Nesta fase, evidenciam-se quatro itens básicos levantados. Um, sobre a avaliação quantitativa da infra-estrutura ambiental urbana. O

significado imediato é a tradução percentual da pavimentação, drenagem pluvial, esgotamento sanitário e outros quesitos desta natureza ligados aos bairros da cidade. Sem estes resultados, seriam impraticáveis as intervenções do Poder Executivo e seus co-participantes sobre os pontos críticos em cheque.

Concomitante, faz-se a avaliação qualitativa desses mesmos dados numéricos, ou seja, disponibilizar infra-estrutura sobre quais padrões de qualidade? Depois, deve-se questionar a comunidade sobre sua satisfação enquanto clientes da administração pública. Por último, deve-se fazer a estimativa dos custos associados à melhoria na quantidade e qualidade do serviço tendo em vista a satisfação do cliente. Dispostos em prioridades, prescreve-se a melhoria na região de demanda, através de uma ação de governo. A Figura 2 evidencia tais questões numa forma mais acessível.

Embora haja satisfação da população de frente à administração pública municipal, reflexo da concordância na última eleição municipal, espera-se levantar, em forma de mapas temáticos, os indicadores predispostos para confronto da situação colocada pela mídia e a real situação da cidade, como também de prover à municipalidade as ferramentas de apoio técnico-administrativo para correção de curso

<sup>4</sup> O termo PDCA é vastamente praticado pela indústria. Encerrando termos extremamente viáveis naquele contexto, pôde-se também investir no emprego dessa teoria para o contexto político e estratégico urbano.

e intervenção na política ou programa de governo. (Fase *Action*)

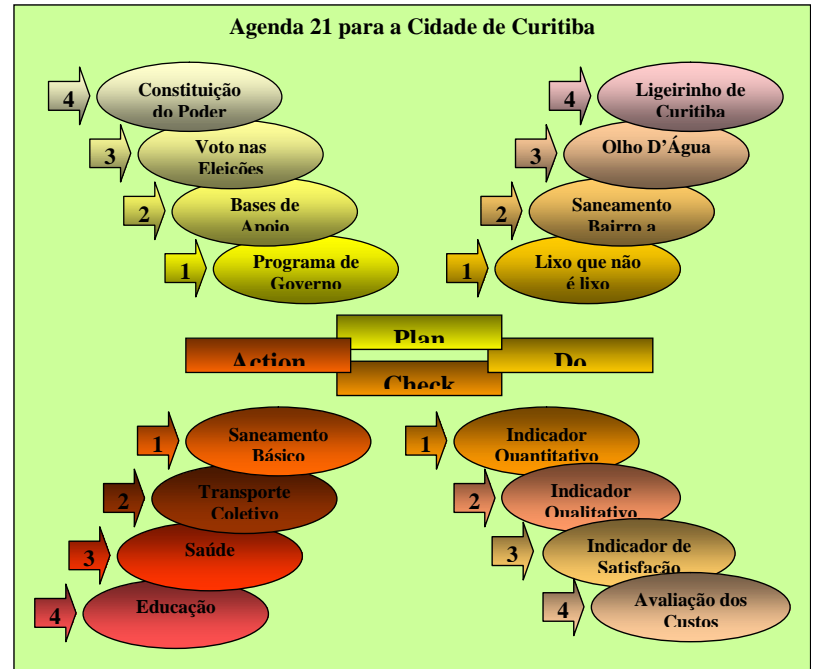
### Fase de Planejamento (*Plan*)

Foram constituídos vários programas de governo dos candidatos à prefeitura municipal de Curitiba. Dentre eles sobressaiu a proposta da situação em detrimento a da oposição, reelegendo-se Cássio Taniguchi pelo Partido da Frente Liberal. Nessa fase é imprescindível o resgate tanto do programa de governo antes das eleições como também dos projetos em andamento na atual Prefeitura Municipal de Curitiba. Outras entidades públicas, privadas e de economia mista tiveram papel primordial na construção do banco de dados, pois os temas de trabalho são multidisciplinares e absorvidos por distintos responsáveis, incluindo aqueles fora do âmbito do município.

### Fase de Execução (*Do*)

Deve-se proceder a uma minuciosa investigação em todos os componentes do poder municipal, suas decisões e os impactos sobre a sociedade<sup>5</sup>. A constituição do poder deu-se pela substituição do secretariado

FIGURA 2 – AGENDA 21 PARA A CIDADE DE CURITIBA



baseado na necessidade do cumprimento dos acordos realizados ainda na fase de candidatura à reeleição, principalmente durante a campanha de segundo turno, porquanto, ficou politicamente insustentável a presença de alguns desses líderes após a conquista,

<sup>5</sup> Certamente o Plano Diretor Urbano (PDU) foi uma das mais importantes conquistas do Governo Cássio Taniguchi, apesar de sua evolução e promulgação ter acontecido ainda no período passado de sua gestão.

tornando-se obrigatória sua mudança. Portanto deve-se observar tais prerrogativas no contexto do poder. Baseado na prática de mais de trinta anos frente ao governo, a situação deu prosseguimento ao programa de governo (Taniguchi, 2000), devendo-se citar que alguns deles são exportados para países do primeiro mundo. Fazem parte integrante do programa:

*Continuação do Projeto do Ligeirinho de Curitiba: Exportado para grandes cidades dos Estados Unidos, esse projeto teve na gestão atual um incentivo à continuação através da inserção de novos tubos, que são os pontos de ônibus, novas linhas posicionadas noutros vetores de crescimentos, além de novos ônibus.*

*Nova BR-116: Um dos pontos fortes é a posição adotada pela prefeitura de se constituir o metrô de superfície com ônibus poli-articulados na atual BR-116, após o adequado desvio por outros municípios. A justificativa de tal projeto é a mobilização de pólos de crescimento na estrada do contorno, atualmente desabitada, desvio do centro das atenções do atual centro comercial para esse novo centro urbanizado. Basicamente é um dos possíveis vetores de crescimento sustentável da cidade, juntamente com a retirada do tráfego da BR-116 pelo contorno leste consorciado à instalação do metrô de superfície.*

*Operacionalização do Plano Diretor Urbano de Curitiba: Discutido e concebido no ano anterior, trouxe*

*modificações relacionadas aos índices urbanísticos, dos quais geram melhorias no conforto urbano do tipo maior iluminação e ventilação entre prédios, melhor distribuição das edificações, mobilidade no trânsito, etc..*

*Instalação do Projeto Linhão do Emprego: Através da instalação da Conectora Cinco (Zona Oeste da cidade) e da conectora Quatro com zonas de isenção ou redução da carga tributária municipal com o objetivo de atrair o crescimento em determinados vetores menos carregados, principalmente sob o ponto de vista do trânsito.*

*Continuação do Projeto Lixo que não é lixo: Projeto que iniciou bonificando a população que separava o lixo para reciclagem com cestas básicas de alimentação, como forma de educação ambiental. A bonificação teve continuidade até o ponto em que se tornou cotidiana a seleção do lixo, hoje, sendo desnecessária.*

*Outros projetos: Ocupação urbana, uso do solo, moradias, etc.; segurança, saúde, educação, lazer e cultura; drenagem urbana e pavimentação; abastecimento de água e esgotamento sanitário; resíduos domésticos e industriais; energia; transporte; informação e comunicação; recursos naturais não renováveis e renováveis,...*<sup>6</sup>.

### Fase de Checar (*Check*)

Compete a essa fase estabelecer indicadores ambientais de cunho a quantitativos, qualitativos e subjetivos, bem

<sup>6</sup> É pressuposto da agenda avaliar todos os itens pertinentes aos projetos implantados pelo governo, incluindo àqueles concebidos na época da candidatura, que concerne às eleições, de maneira que nesse momento tornar-se-ia inviável procedê-la. Em época oportuna e pública serão disponibilizados tais argumentos, sendo no momento, válido o caráter descritivo de sua necessidade.

como conhecer as ferramentas de engenharia que sejam compatíveis e adequadas ao desenvolvimento sustentável.

*Indicadores Quantitativos: São dois os principais itens de uma composição orçamentária, o primeiro, o quantitativo de recursos que devem ser empregados para execução dos itens que fazem parte do projeto. Para tanto, é necessário avaliar percentuais de serviços já disponíveis bem como os percentuais que faltam para implantar (Zorzal, 1999). Veja os detalhes executivos desse item e do próximo nas referências indicadas.*

*Indicadores Qualitativos: Sabendo-se que grande parte do serviço executado sofre, no mínimo, a ação do tempo, bem como desgaste devido à utilização, etc., há que se preocupar também com a parcela quantitativamente levantada que não mais corresponde aos padrões de projeto (Zorzal et al., 2000a), incluindo os itens que resguardam a segurança. Com esses indicadores também é possível promover a melhoria da qualidade ambiental.*

*Indicadores Subjetivos: Muito embora haja uma certa percepção da população sobre a qualidade<sup>7</sup> ambiental, deve-se ter a certificação de que os esforços que envidam para a*

*melhoria ambiental estão sendo percebidos pela população, clientes ou consumidores<sup>8</sup> no processo administrativo urbano<sup>9</sup>. Para se medir é necessário instigar a população à participação no processo, através de questionários, seminários e workshops.*

*Levantamento dos custos para melhoria da qualidade ambiental: Para cada alteração, inserção de valores, em fim, qualquer modificação implica necessariamente na mobilização de recursos humanos e materiais para correção ou melhoria da qualidade (Zorzal et al., 2000b). Portanto, os três últimos itens são absolutamente necessários para inserção de valores monetários, e devem entrar na composição orçamentária do governo aprovada anualmente pelo nível legislativo competente.*

### Fase do Agir Corretivamente (*Action*)

As tomadas de decisão são amplamente cobertas pela mídia, além de publicadas em diário oficial. Todavia, o reflexo de uma decisão tomada é historicamente alcançado de maneira vagarosa, quando não, com grande impacto e oposição popular. Portanto, é

<sup>7</sup> Qualidade deve ser entendida como adequação ao uso, no entanto, sofre avaliações distintas e subjetivas de um indivíduo para outro, podendo alterar os resultados prescritos em projetos. O que é bom para um pode não ser para outro, ou ainda, o que é bom para um pode estar fora das características de projeto, portanto, sem qualidade.

<sup>8</sup> Cliente é o universo de pessoas que pode consumir, no trabalho, toda a sociedade que pode usufruir os serviços urbanos, morando ou não em Curitiba. Assim, o conceito de cliente é mais abrangente que o conceito de consumidor, dito àquele que consome, no trabalho, por analogia, àquele que efetivamente usufrui os serviços urbanos disponíveis, qual seja, a população local.

<sup>9</sup> Esta fase também é responsável por cumprir uma dos objetivos obrigatórios da agenda 21 local, que é o de integrar a comunidade à implementação da agenda.

razoavelmente rápido e garantido constatar as nuances do poder em relação aos impactos sobre a urbe.

## Resultados e suas análises

Os principais resultados conquistados durante essa investigação foram divididos nas mesmas quatro categorias relatadas na metodologia da pesquisa. A primeira sob a ótica do planejamento empreendido pelo atual governo para alcançar o poder, que fora feito mediante programas anteriores bem sucedidos.

A segunda, com a execução propriamente dita, após a conquista de outro mandato dos projetos em vigor. Depois, com a checagem dos pontos críticos estabelecidos e sua relação com a possibilidade de melhoria na cidade ante ao crescimento esperado; finalmente, com a citação de ações mínimas necessárias à passagem de um estado degradado ao sustentado.

### Fase de Planejamento (*Plan*)

Atingindo um alto grau de conhecimento da situação de governo adquirido nos últimos mandatos através de importantes passagens primeiro dentro do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba – IPPUC, que é o principal órgão de assessoria da prefeitura, depois em sendo ele prefeito concorrente à reeleição, subjugou o

poder opositor e consolidou mais quatro anos de mandato municipal. Para tanto, teve que reforçar suas bases de apoio em outros partidos políticos para constituição do poder. Os acordos políticos não perfazem riscos para instauração de seu programa de governo.

### Fase de execução (*Do*)

Em princípio, pode-se chegar a conclusão de que Curitiba já possui a implementação de seus planos de ação em conformidade com o programa de governo. Como exemplo pode-se citar, o *Plano 1000*, que dispõe sobre a melhoria de 1000km de pavimentação; o *Lixo que não é lixo*, sobre a coleta seletiva; *Saneamento bairro a bairro*, sobre implantação das redes de abastecimento de água, drenagem pluvial e esgotamento sanitário; *Zoneamento e uso do Solo*, sobre o novo Plano Diretor Urbano; *Olho d'água*, sobre os mananciais, rios, lagos, parques aquáticos, etc.; e outros vários programas. Em todos, constatam-se melhorias significativas que passam a ser medidas e analisadas adequadamente por critérios anteriormente expostos.

### Fase de Checar (*Check*)

Para cada indicador levantado, consegue-se chegar a uma análise sobre seu andamento no contexto do



desenvolvimento sustentável. Se um determinado indicador, por exemplo pavimentação, atinge excelentes patamares nos quesitos quantitativo, qualitativo e subjetivo, não será mais necessário investir, no curto prazo, em projeto e execução de novas vias, se não àquelas sobre o crescimento natural, que normalmente é direcionado pelo PDU. Todavia, não se pode esquecer a manutenção, pois todo o contexto dos investimentos é função direta do cronograma orçamentário vigente e futuro. Novos indicadores foram delimitados para os seguintes temas: habitação, abastecimento de água, esgotamento e tratamento sanitário, coleta e disposição final dos resíduos sólidos, energia elétrica, telefonia, pavimentação, drenagem pluvial, transporte coletivo, iluminação pública e infraestrutura social, que é aqui entendida com os itens pertinentes à educação, saúde, lazer, segurança pública e participação popular. Todavia, merecem não somente novos refinamentos, como também o acompanhamento durante essa gestão de governo e futuras gestões.

### Fase do Agir Corretivamente (*Action*)

Nessa fase estão embutidas todas as tomadas de decisão que têm impacto sobre a gestão municipal, devendo refletir o compromisso com a agenda 21, e conseqüentemente com o desenvolvimento sustentável.

Nesse momento, a inserção da sociedade se faz primordial, independentemente de sua camada, etnia, religião, ou quaisquer outras classificações. O governo municipal local (Cidade de Curitiba), efetivamente responsável por essa fase, não se fez notar com ações públicas que fomentassem sua construção, tampouco seu acompanhamento e subserviência.

### Conclusões

A composição da agenda 21 local passa necessariamente pelo cumprimento dos critérios apontados na agenda 21 global. No entanto, o calendário brasileiro por se encontrar atrasado concebe em seu conteúdo poucas agendas locais já documentadas. É possível que um dos motivos que respaldam tal assertiva é justamente a falta de uma metodologia clara para realizá-la. Sobremaneira, os passos alcançados durante a elaboração desse trabalho, trouxeram algo a mais para ajudar a Cidade de Curitiba confirmar sua participação no cenário brasileiro, no entanto ainda cabe sua construção formal mediante o chamado público e notório da sociedade que lhe espera.

O PDCA, embora advenha do contexto industrial, é perfeitamente cabível no ambiente da administração pública urbana. Com essa ferramenta, podem-se apoiar os trabalhos relativos à agenda, bem

como deflagrar ações para a conquista documental, prerrogativa da agenda 21. Com lastro em quatro passos muito bem delimitados, há que se dispor dos mecanismos ora propostos durante sua construção. Há que se ressaltar uma preferência pelo uso de equipes interdisciplinares, de maneira ininterrupta, mesmo que vagarosa, mas sólida, politicamente contextualizada, operacionalmente convergente, estrategicamente futurista.

Assim, a conquista da agenda 21 local será irremediavelmente fruto da perseverança e do compromi-

so, amparados por uma ferramenta que denota um rumo para ação do setor gerencial público, fundamentalmente responsável por essa convergência. Por outro lado, ao se considerar, no mínimo, o banco de dados formado no decorrer dessa pesquisa, promove-se a preciosa ação de municiar o governo com cenários conclusivos acerca de importantes parâmetros de infra-estrutura urbana, de forma que se possam estabelecer acordos entre sociedade organizada e poder constituído.

## Referências bibliográficas

AGENDA 21. (1996). *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 1992: Rio de Janeiro. Brasília : SENADO FEDERAL, 585p.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. (2000a). *Construindo a agenda 21 local*. MMA [on line], Brasília. Disponível em <http://www.mma.gov.br> [Capturado em 09 de julho de 2001].

\_\_\_\_\_. (2000b). *Construindo a Agenda 21 Local*. Brasília: MMA. 90p.

\_\_\_\_\_. (1998). *Agenda 21, o caso do Brasil: perguntas e respostas*. Brasília : MMA, . 40p.

\_\_\_\_\_. (s/d). *Agenda 21 Brasileira: estrutura da agenda*. MMA [on line], Brasília, Disponível em: [www.mma.gov.br/port/se/ag21bra/cpds/metodologia/estrutura.html](http://www.mma.gov.br/port/se/ag21bra/cpds/metodologia/estrutura.html) [capturado em 17/08/00]

NOVAES, W. (Coord.), RIBAS, O., NOVAES, P. C. (2000). *Agenda 21 Brasileira : bases para discussão*. Brasília: MMA, 196p.

SILVA, D. J. da. (1999). *Uma abordagem cognitiva voltada ao planejamento estratégico*. Florianópolis, 232p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

TANIGUCHI, C. [Org.]. (2000). *Programa de Governo para a Cidade de Curitiba*. Gestão 2001-2006. Curitiba: Partido da Frente Liberal.

ZORZAL, F. M. B. (2003). *Gerência de cidades: Infra-estrutura : Com estudo de caso para a Cidade de Curitiba*. Florianópolis, 2003. 263p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

\_\_\_\_\_. (1999). *Indicador de qualidade ambiental urbana para o Município de Vitória*. Vitória, 194p. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Engenharia Ambiental. Universidade Federal do Espírito Santo.

ZORZAL, F. M. B.; SARMENTO, R.; SERAFIN, A. J.; ALMEIDA, A. R. de; BARON, C. (2000). Modelagem Computacional para o Cálculo da Qualidade Ambiental Urbana. *In: Simpósio luso-brasileiro de engenharia sanitária e ambiental*, 9., Porto Seguro: Anais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2000a. P. 2285–2294.

ZORZAL, F. M. B.; SARMENTO, R.; SERAFIN, A. J.; AMBROZEWICZ, P. H. L.; PRAUCHNER, L. M. S. (2000). Valoração da Qualidade Ambiental Urbana Devida – O Caso do Município de Vitória. *In: Simpósio luso-brasileiro de engenharia sanitária e ambiental, 9.*, Porto Seguro: Anais... Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2000b. P. 2295–2304

ZORZAL, F. M. B.; SARMENTO, R.; SERAFIN, A. J.; COSTA, R. H. R. da; MELLO, T. C. de. (2001). Concepção da agenda 21 para a cidade de Curitiba. *Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. In: Congresso brasileiro de engenharia sanitária e ambiental, 21.*, João Pessoa: Anais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

## Outras referências bibliográficas na área

AMBIENTE. (2000). *Curitiba: uma rede de soluções*. Fundação CEPA. La Plata (Argentina), Número 84. Out.

COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21. (1998). *Agenda 21 Municipal: Compromisso com o futuro*. 2ª. Edição Revisada. Joinville: Governo Municipal.

NEIVA, A.; MOREIRA, M.; COZETTI, N.; MEIRELES, S.; NORONHA, S.; MINEIRO, P. (2001). Agenda 21: O futuro que o brasileiro quer. *Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ano. 11, Número 93, jun.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. (1998). *Agenda 21 do pedaço*. São Paulo: SMMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. (1998). *Agenda 21 Local: Compromisso do Município de São Paulo*. São Paulo: SMMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. (1998). *Agenda 21 Local: Do global ao local*. São Paulo: SMMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. (1996). *Vitória do Futuro e a Agenda 21 Local*. Vitória : Governo Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. (1998). *Fórum 21: Consultando a população*. Rio de Janeiro: SMMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. (1998). *Fórum 21: Manual de Planejamento Participativo*. Rio de Janeiro: SMMA.

SCHMIDT, I. (2002). No limite da Cidade. *CREA PR*. Curitiba, Ano 5, Número 16, Mar..

SCHWARZBURGER, H.; HOFFJANN, T. (1999). Refazendo o futuro. *CREA RJ*. Rio de Janeiro, Número 22, Fev.